

ATA N.º 21/2023

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2023:

No dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas e catorze minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 - Aceitação de doação – Ratificação

PONTO 2 -Instalação de um parque de armazenamento de energia elétrica – reconhecimento do interesse económico e social – Aura Power Developments (Portugal), Lda.

PONTO 3- Atribuição de apoio financeiro à Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal

PONTO 4 - Atribuição de apoio financeiro à ARCOLSA – Associação Regional de Criadores de Ovinos da Serra da Arrábida no âmbito do projeto “Adote uma Saloia”

PONTO 5 - Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Clube Desportivo Pinhalnovense referente à época desportiva 2023/2024

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. PRESIDENTE, POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

– Em matéria do urbanismo:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 18.09.2023 a 01.10.2023.

ATOS PRATICADOS POR (SUB) DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 04/10/2023 a 17/10/2023.

ATOS PRATICADOS POR (SUB) DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 03/10/2023 a 17/10/2023.

ATOS PRATICADOS POR (SUB) DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos de obras públicas e procedimentos administrativos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho; e Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Teresa Palaio, em matéria de processos de obras públicas e procedimento administrativos, no período compreendido entre 03/10/2023 a 16/10/2023.

DESPACHOS EMITIDOS POR (SUB) DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS) - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos processos despachados pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha e pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco, no âmbito da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 04/10/2023 a 17/10/2023.

CONTABILIDADE

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 04/10/2023 a 17/10/2023, no valor de 1.581.787,86€ (um milhão, quinhentos e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e sete euros e oitenta e seis cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 6.

TESOURARIA

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 18.10.2023, apresenta um saldo de 16.095.024,87€ (dezassex milhões, noventa e cinco mil, vinte e quatro euros e oitenta e sete cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 13.487.196,59 € (treze mil milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, cento e noventa e seis euros, e cinquenta e nove cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.607.828,28 € (dois milhões, seiscentos e sete mil, oitocentos e vinte e oito euros, e vinte e oito cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Moção** (Pelo cessar-fogo imediato e pela Paz no Médio Oriente)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Moção** (Por todas as vítimas dos ataques terroristas do Hamas contra Israel)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Marina Machete – Miss Portugal 2023)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (10.ª Edição Concurso Uva de Ouro Adegas do Concelho)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Escola Secundária de Pinhal Novo – Equipa Orientação)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (50º Aniversário da Escola Secundária de Palmela)

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente Álvaro Amaro** apresenta a Moção que se transcreve:

. **Moção** (Pelo cessar-fogo imediato e pela Paz no Médio Oriente).

"Ao longo deste mês de outubro, a situação vivida no Médio Oriente conheceu, certamente, alguns dos seus dias mais negros, com a violência a atingir níveis indescritíveis de horror e crueldade. O ataque terrorista do Hamas a Israel provocou centenas de mortos, feridos e reféns e lançou ondas de choque em todo o mundo, solidário com o povo judeu num momento de grande dor.

A resposta do governo israelita concentrou-se, principalmente, na faixa de Gaza, com bombardeamentos aéreos e por mar e a ameaça de uma grande ofensiva terrestre, que emparedou mais de dois milhões de pessoas palestinas num estreito corredor, sob ordens de evacuação imediata para sul. Sem energia, água, alimentos ou medicação, com estradas destruídas e sem meios de transporte, muitas centenas de pessoas feridas ou debilitadas, percebe-se, facilmente, que essa evacuação seria uma tarefa impossível de concretizar e representa, na prática, a ameaça de extermínio do povo palestino em Gaza.

Organizações como as Nações Unidas, a Organização Mundial de Saúde, a Unicef ou os Médicos Sem Fronteiras já condenaram essa ameaça e têm pedido a Israel que recue na sua intenção.

Apesar dos apelos da comunidade internacional, ainda não foi possível abrir caminho para a ajuda humanitária e o próprio corredor de evacuação para sul, supostamente protegido, tem sido alvo de constantes bombardeamentos. As equipas médicas recusam-se a evacuar os hospitais da região, com centenas de pessoas internadas, entre as quais, dezenas de recém-nascidos em incubadoras. Evacuar estes doentes sem condições significa a sua condenação à morte.

Não é correto confundir a Palestina com o Hamas, e o direito a defender-se, que assiste a Israel e a qualquer país, não pode colocar exércitos contra populações civis nem legitimar um genocídio.

O Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, tem reiterado que «até mesmo guerras têm regras», que o direito humanitário internacional e os direitos humanos devem ser respeitados e cumpridos e que as populações civis devem ser protegidas e não podem ser usadas como escudos. O ataque a um hospital na Faixa de Gaza, provocando centenas de mortos, é apenas um pequeno exemplo das dramáticas repercussões que um conflito desta natureza tem para as populações civis.

Além do caos no local, reacenderam-se, no oriente, mas também em todo o mundo, novos focos de violência, antagonismo e fratura, que acicatham ódios e argumentos antigos, de difícil resolução

e consenso, a menos que o foco deixe de ser o passado e todos os seus erros e passe a ser a construção de um futuro de desenvolvimento, sustentabilidade e respeito, com espaço e liberdade para que todas as pessoas coexistam, em Paz.

É importante recordar que, antes do ataque terrorista de dia 7 de outubro, 2023 já registava o maior número de mortes do conflito israelo-palestino desde 2005, com várias centenas de palestinos e dezenas de israelitas mortos. A situação humanitária nos territórios ocupados da Cisjordânia e, em particular, em Gaza, era já, muito preocupante, com dificuldades no acesso a bens, medicamentos e mesmo energia elétrica, com cortes diários em Gaza de até 12 horas.

A “Resolução da Partilha” da Palestina em dois estados cumprirá, a 29 de novembro, 76 anos, sem que tenha sido totalmente concretizado, aceite ou, até, compreendido. Pouco depois da sua assinatura e da formalização do Estado de Israel, deu-se a grande “Nakba” (ou catástrofe) de 1948, momento fraturante em que milícias israelitas expulsaram mais de 700 mil árabes palestinos das suas casas e ocuparam grande parte do território, numa prática de expansão e criação de colonatos que se mantém até hoje. A histórica Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada por unanimidade a 22 de novembro de 1967, estabelecia a retirada de Israel dos territórios ocupados e esteve na base de negociações de paz ao longo do século XX e de dezenas de resoluções subsequentes, sem resultados práticos e sem que se concretize o direito do povo palestino à autodeterminação.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida no dia 18 de outubro de 2023, delibera:

- Expressar o seu total repúdio face à grave escalada de violência e aos horríveis atos terroristas perpetrados pelo Hamas;
- Repudiar veementemente os ataques contra civis e, mais concretamente, o bombardeamento de estruturas essenciais para as populações, tais como escolas e hospitais;
- Exigir o cessar-fogo imediato, a entrega de reféns, a proteção total de populações civis e a abertura de corredores para a ajuda humanitária;
- Reiterar a urgência de fazer cumprir as Resoluções das Nações Unidas, o respeito pelo Direito Internacional e os Direitos Humanos e o fim da ocupação ilegal dos territórios palestinos por Israel;
- Manifestar, uma vez mais, a sua solidariedade para com todas as pessoas afetadas pelo conflito israelo-árabe e a urgência de encontrar um caminho de Paz e prosperidade para o Médio Oriente e, de modo global, para o mundo;
- Dar conhecimento da presente moção às seguintes entidades:
 - . Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas
 - . Sua Excelência, o Presidente da República
 - . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro
 - . Sua Excelência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros

- . Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- . Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Palestina
- . Missão Diplomática da Palestina
- . Embaixada de Israel em Portugal
- . Assembleia Municipal de Palmela
- . Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela
- . Conselho Português para a Paz e Cooperação
- . Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente
- . CGTP-IN
- . UGT
- . Comunicação Social”

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta todos os presentes e apresenta a moção que se transcreve:

. **Moção** (Por todas as vítimas dos ataques terroristas do Hamas contra Israel).

“No dia 7 de outubro, sábado em que se celebrava o feriado judaico Simchat Torah, o grupo terrorista Hamas perpetrou um ataque em larga escala contra Israel. Milhares de rockets foram disparados a partir da Faixa de Gaza contra território israelita, enquanto centenas de radicais deste grupo extremista entravam em Israel, sequestrando e raptando civis e militares, enquanto disparavam indiscriminadamente na população, ceifando centenas de vidas inocentes.

O Hamas é um grupo terrorista que se opõe à existência do Estado de Israel e tem mantido como objetivo assegurar o seu desaparecimento. Este bárbaro ataque, sem precedentes, deixou um rasto de destruição e centenas de mortos israelitas e de outras nacionalidades, registando-se um número indeterminado de reféns e de sequestrados.

Este acontecimento apenas vem contribuir diretamente para o agravamento e aprofundamento da tensão existente na região, nada fazendo pelas aspirações dos Palestínianos que procuram uma solução para o conflito, antes gerando vítimas inocentes entre a sua população.

Porque o terrorismo não pode ser tolerado, a Câmara Municipal de Palmela, reunida em 18 de outubro de 2023:

1. Condena veementemente o ataque de dia 7 de outubro contra Israel executado pelo Hamas;
2. Manifesta o seu pesar e solidariedade para com o povo israelita e palestíniano e todas as vítimas, endereçando as suas condolências ao Estado de Israel;

3. Reafirma o seu reconhecimento do direito do Estado de Israel se defender contra atos de terrorismo no quadro do Direito Internacional;
4. Apela à libertação de todos os reféns e pessoas sequestradas e para o fim das hostilidades, que permita retomar o diálogo e a construção de estabilidade na região através da garantia da coexistência pacífica de dois Estados.”

Sobre as moções transcritas intervém:

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** cumprimenta todos os presentes e afirma que existem duas moções, que se referindo ao mesmo facto, uma é mais globalizante, no sentido de apelar ao cessar fogo e atribuir o problema aos dois lados. Refere que a outra moção, do PSD, foca-se no ataque terrorista do Hamas e esquece-se das outras e milhares de vítimas que existem do lado de Gaza e que são, também elas, cidadãos do mundo. Palestínianos que não são guerreiros, terroristas, são povo normal. Pessoas normais como todos nós que aspiram à paz e ao direito de terem uma terra para viver em harmonia.

Estando de acordo com os pressupostos das duas, considera que a moção do PSD precisa de (parcialmente) largar o contexto da guerra ao problema da resposta, que até ao momento tem sido demasiado agreste para o povo e muito ao arrepio do que são os acordos internacionais e direito internacional.

Votarão a favor das duas, mas gostaria que a do PSD referisse “manifestar a solidariedade para o povo israelita e palestiniano e todas as vítimas”. Existem vítimas em todo o lado e em todo o mundo e por isso considera que se deveria acrescentar “o povo palestiniano” no ponto 2.

O Estado Direito de Israel é uma coisa que jamais questionarão, mas também jamais questionarão o direito da Palestina a ter o seu próprio Estado. Não vão à história para perceberem todas as evoluções e conflitos que têm surgido ao longo da história.

Não quer deixar passar o momento sem recordar três Homens que assinaram os últimos acordos de paz em 1993 em Oslo: Simão Peres, Yasser Arafat e Bill Clinton. Foca estes três homens e políticos. Quer Simão Peres e Yasser Arafat foram mortos por extremistas israelitas e palestinianos. São homens que merecem ser recordados num momento em que todos privilegiamos a Paz, o Direito Internacional, a Segurança, o Direito dos Povos, a Autodeterminação. Só assim faz sentido, quando se defende a Ucrânia dos ataques e invasão do seu território, têm sentido quando outros povos são invadidos ou que estão em conflitos, muitas vezes devido a fronteiras, e estão do lado em quem é invadido.

Neste caso, reconhecendo Israel o direito à defesa, lamentando as mortes e a forma como o ataque foi feito, lembra que em 1973 deu-se exatamente um ataque idêntico a este do lado Árabe para Israel e a Paz demorou seis anos a ser conseguida. A chamada guerra do Yom Kippur. Lembram esta guerra e, portanto, neste momento, espera que nos próximos seis meses se

consiga fazer a Paz e se consiga parar a barbárie que se está a passar. Que se abram corredores humanitários. Que se deixe entrar a ajuda humanitária que está para entrar na fronteira de Rabat e ao mesmo tempo que exista maior equilíbrio nas reações. Pode-se discutir na tática palestina que diz que se coloca mulheres e crianças em edifícios militares e junto a estruturas residenciais, considera que neste momento, esta situação pouco importa. O que é importante é a salvaguarda das vidas humanas, o apoio humanitário, o direito à vida e o direito ao apoio humanitário, deixando entrar esse apoio humanitário na Faixa de Gaza e fazer a negociação da paz. É o que é importante. Refere igualmente o ataque ao Hospital e como isso originou um recuo enorme, e que pode custar milhares de vítimas, nas conversações para a Paz que todos desejam. Termina a referir que votarão a favor de ambas as moções.

O Sr. **Vereador Carlos de Sousa** cumprimenta todos os presentes e começa por referir que se existem moções que se justifica existir um pouco de história, esta será uma delas. Informa que o MCCP irá votar a favor da moção do PSD, no entanto, considera que é uma moção muito fraca. Neste problema, reforça, deve existir um pouco de história. Considera que nada justifica o que o Hamas fez, mas se existe um país que na ONU (Organização das Nações Unidas) não tem cumprido as resoluções do Conselho de Segurança, considera ser Israel que bate os recordes. Tem tido o apoio ou a cobertura política e tática dos Estados Unidos, e a verdade é essa. A comunicação social, nomeadamente através da televisão, alguns comentadores têm feito algum bom trabalho jornalístico. Quando fazem a comparação dos últimos 10/15/20 anos, o número de mortos e feridos, na parte de Israel, pelos ataques que surgem da Faixa de Gaza e não só, e também aqueles que Israel tem cometido, o número de mortes e feridos é muito superior, nestes anos todos, nomeadamente os sofridos pelo povo Palestino. Reforça que se deve repudiar o ataque do Hamas, que foi um ataque terrorista. O que acontece, neste momento na Faixa de Gaza e quando se corta a 2 milhões de pessoas, a água, a luz e alimentação, também se pode considerar um ato terrorista. Um ato de vingança. Não está de acordo com este ato e pensa que ninguém o estará com este tipo de ato de vingança, quando o mesmo não é de militar para militar, mas de militar para povo.

Refere quer irá votar a favor das duas moções, mas considera que se revê muito mais na moção da CDU.

O Sr. **Vereador Paulo Ribeiro** volta a intervir, começando por agradecer a proposta do Partido Socialista e aproveita para fazer dois reparos à proposta apresentada pela maioria.

Considera que no essencial, as duas moções são coincidentes no que é a condenação do ato terrorista perpetrado no dia 7 de outubro. Naturalmente, e no caso do PSD, o enfoque é posto nesse ato, porque é esse ato que estão a condenar. Já têm votado, muitas vezes, por unanimidade na Câmara Municipal, com o voto do PSD, moções a repudiar atuações, violações de Israel relativamente às variadíssimas resoluções das Nações Unidas e que continuam a lutar para o cumprimento das mesmas.

Neste caso concreto, é a violação e por isso a moção é tão sintética.

Concorda com o **Sr. Vereador Raul Cristóvão**, e por isso está bem expresso que Israel tem o direito a defender-se, mas, num quadro de direito internacional, sublinhando-se essa parte.

Quanto ao Ponto 2 a intenção é “o povo israelita e o palestino”, pois existem inocentes que estão a sofrer por causa de um grupo terrorista, dando assim, razão e agradecendo a sugestão ao **Sr. Vereador Raul Cristóvão**, para que no Ponto 2 passe para “Manifeste o pesar e solidariedade para com o povo israelita e palestino” que estão a sofrer com este ato.

Quanto à moção da CDU, informa que votará favoravelmente. Considera ser mais histórica. Refere um ato que lhe parece importante que é a condenação expressa veemente do que foi o ato terrorista por parte do Hamas. Acha que não se justifica a história pois todos a conhecem. Mas aceita e por isso votará favoravelmente.

Levanta a dúvida, alertando que não trás proposta de alteração, mas por estar na parte deliberativa, não considera importante, mas não deixa de referir: pelo texto da moção fica a sensação de que o ataque ao hospital na Faixa de Gaza teria sido perpetrado pelas forças israelitas. Considera que não existem certezas de qualquer parte, no entanto o próprio estado de israelita já afirmou que não foi feito por eles. Tal como mencionou o **Sr. Vereador Raul Cristóvão**, esse ato teve um efeito útil e que é prejudicial à paz e a Israel, ou seja, as conversações ou diálogos de paz que iriam acontecer, na presença do Presidente americano no território e com a Jordânia, foram suspensos.

Deixa esse reparo, por poderá parecer que é diretamente e que não é explícito. Neste momento, reforça, deve-se repudiar qualquer ataque contra forças civis, forças militares ou paramilitares ou terroristas que se escondem atrás de civis (sempre ouviu dizer que as forças armadas existem para proteger a população de ataques externos).

Conclui que votará a favor a moção da maioria e aceita a sugestão do **Sr. Vereador Raul Cristóvão** quanto ao Ponto 2.

O. **Sr. Presidente** intervém para aduzir que têm vindo, ao longo dos mandatos, a terem uma posição unanime e inequívoca relativamente a quem tem sido vítima (há dezenas de anos) de ataques, ocupações, assassinatos em massa. Estão sempre unidos na matéria da autodeterminação do povo da Palestina e que em momento algum fizeram qualquer referência de ataque ou falta de reconhecimento da existência do Estado de Israel, pelo contrário.

Informa que têm relações com ambas as embaixadas e já procuraram, muitas vezes, apelar ao entendimento em diversas matérias. Têm ações de cooperação e de solidariedade com locais na palestina (já acolheram jovens em Palmela). Lembra que já esteve no local e clarifica que não se revêm em qualquer ação de natureza terrorista, nem quando existe contra-ataque pois é um direito à defesa. Relata que ele próprio foi impedido e desaconselhado de entrar na Faixa de Gaza quando esteve em missão no local, pois o Hamas, possivelmente achou que a delegação onde

estava inserido não era bem-vinda à zona que controlam. Mas também foi praticamente impedido pelas forças israelitas e o que assistiu, para quem estava a atravessar a fronteira e esse corredor, foi permanentemente ao aviltar a agressão verbal e não só de quaisquer estrangeiros ou palestinos que entravam nesse corredor, tudo feito por colonos israelitas. Esteve no local, esteve em Jerusalém em locais que foram completamente “varridos” pelas forças sionistas (para não confundir israelitas e povo judeu). Acredita que existe uma filosofia que considera ser a responsável por tudo o que acontece e também de algum extremismo, como existe da parte do Hamas, existe de parte significativa da sociedade israelita. Também considera interessante esta situação acontecer no momento em que a sociedade israelita estava na rua e não conseguem ter um governo com um mínimo de estabilidade, com a sociedade a questionar as decisões governamentais. Clarifica o **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** que têm a moção feita há uma semana e nada tem a ver com o ataque que aconteceu ao hospital no dia anterior, no entanto mencionam os hospitais porque já existiram outros ataques antes deste, seja na zona em questão como em outras.

Referindo-se às regras do direito nacional, que preveem corredor humanitários, intervenção e entrada de apoio humanitário, coordenado pelas Nações Unidas, proíbe ataques como o que aconteceu, independentemente do direito à defesa e do contra-ataque, e essa é a justificação. É para ser genérica e não específica ao ataque em questão. Procuraram fazer um pouco de história. Lamentam não só a perdas de vidas e o ato hediondo do Hamas, mas também todas as outras atrocidades feitas por alguns sectores de Israel, mas sobretudo, sobre o que isto irá significar no diálogo entre os dois povos. A própria autoridade da Palestina se queixa do Hamas e de não conseguir fazer eleições em Gaza. Desde 2006 não consegue fazer eleições em Gaza.

É de facto um caso de estudo, que merece um contexto histórico, mas de outra forma também tornariam as moções muito extensas. Pensa que a moção da CDU procurou, por um lado, evocar o essencial, deliberar o que é essencial, que é condenar o ato do Hamas, mas também repudiar e exigir o cessar fogo e reiterar a urgência de fazer cumprir as resoluções das Nações Unidas, que vão também ao encontro da necessidade de respeitar o território palestino. Procuram, por isso, fazê-la da forma mais coerente e consensual em alinhamento com as posições que têm tomado.

Quanto à moção do PSD, existindo o aditamento proposto pelo **Sr. Vereador Raul Cristóvão**, não têm nada a acrescentar, até porque votaram sempre favoravelmente a proposta.

O **Sr. Vereador Luís Calha** intervém, referindo que não aditará nada de novo à discussão, mas tendo em conta a sugestão que foi feita para a audição do PSD onde se manifesta o pesar e a solidariedade para com o povo israelita e palestino, crê que faz todo o sentido endereçar as condolências, não só ao Estado de Israel, mas também à Autoridade Nacional Palestiniana. Crê, igualmente que ficaria mais equilibrado e ia ao encontro do princípio inalienável que é a Defesa

do Direito Internacional, dos Direitos Humanos e não normalizar atos que são criminosos de ambas as partes.

Neste momento existem algumas intervenções em simultâneo, mas como não vão ao microfone, não pode ser transcrito.

Submetida a votação a Moção (Pelo cessar-fogo imediato e pela Paz no Médio Oriente), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a Moção (Por todas as vítimas dos ataques terroristas do Hamas contra Israel), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro** apresenta a Saudação que se transcreve:

Saudação (Marina Machete – Miss Portugal 2023)

“Marina Machete, de 28 anos, foi eleita Miss Portugal 2023 no dia 5 de outubro, na gala realizada no município alentejano de Borba. A jovem, natural de Palmela, representou o seu Concelho neste prestigiado evento nacional e, além de conquistar o título maior entre 16 candidatas, venceu, também, na categoria de “Candidata mais Confiante”.

Em novembro, viajará para El Salvador, onde irá competir na 72.ª edição do concurso Miss Universo, entre mais de 90 candidatas de todo o mundo.

Hospedeira de bordo, Marina Machete é a primeira mulher transgénero a ser coroada Miss Portugal e a terceira a participar no concurso Miss Universo.

O seu exemplo de coragem e determinação é um importante contributo para continuar a derrubar estigmas, aumentar a educação e literacia sobre questões ligadas à orientação sexual, identidade ou expressão de género e criar uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Reunida a 18 de outubro de 2023, a Câmara Municipal de Palmela saúda a munícipe Marina Machete pela conquista do título de Miss Portugal 2023 e pela oportunidade de representar o Concelho de Palmela e o país no concurso Miss Universo, fazendo votos de muito sucesso neste e em futuros desafios.”

Sobre as moções antes transcritas intervém:

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** reforça o papel da Mariana Machete na sociedade e a sua capacidade de resiliência e de luta pelos direitos à igualdade. Aproveita para enviar uma mensagem de confiança e de coragem, pois os ataques homofóbicos nas redes sociais e não só,

são demasiado “nojentos” para que possam ser verdade numa sociedade de abril, nos 50 anos depois do 25 de Abril.

Mais reforça que Marina Machete merece todo o reconhecimento e solidariedade e termina com um agradecimento pessoal.

O **Sr. Presidente** refere que é essa a intenção, não tanto pelo concurso. É sobretudo pela assunção de cidadania, de direitos e de coragem. E isso mesmo será falado mais adiante no âmbito do Dia Municipal para a Igualdade no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação.

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta a saudação que se transcreve:

Saudação (10.ª Edição Concurso Uva de Ouro Adegas do Concelho)

“A 10.ª edição do Concurso Uva de Ouro teve como objetivo contribuir para promover a visibilidade e reconhecimento da qualidade dos vinhos nacionais, bem como incentivar o interesse dos portugueses em alargar os seus conhecimentos sobre os vinhos.

Considerado um dos maiores concursos nacionais vínicos, reconhecido pelo IVV - Instituto da Vinha e do Vinho, juntou mais de uma centena provadores especializados numa prova cega, onde foram avaliadas 600 amostras de vinho.

No referido concurso foram premiados os seguintes vinhos:

Medalha de Ouro

Chafariz D. Maria Branco – Adega de Palmela

Moscatel de Setúbal - Casa Ermelinda Freitas

Sauvignon Blanc & Verdelho 2022 – Casa Ermelinda Freitas

Touriga Nacional Reserva 2020 – Casa Ermelinda Freitas

Dona Ermelinda Branco 2022 – Casa Ermelinda Freitas

Vinha da Valentina Tinto 2020 – Casa Ermelinda Freitas

Dona Ermelinda Tinto Reserva 2021 – Casa Ermelinda Freitas

Vinha da Valentina Premium Branco 2022 – Casa Ermelinda Freitas

Vinha da Valentina Branco 2022 – Casa Ermelinda Freitas

Vinha da Valentina Sauvignon Blanc 2022 – Casa Ermelinda Freitas

Syrah Reserva 2021 – Casa Ermelinda Freitas

Terras do Pó Tinto 2022 – Casa Ermelinda Freitas

Vinhas da Invejosa Tinto 2020 – Filipe Palhoça Vinhos

Medalha de Prata

Moscatel de Setúbal Chafariz D. Maria – Adega de Palmela

Terras Do Pó Branco 2022 – Casa Ermelinda Freitas

Reunida na Biblioteca de Palmela, a 18 de outubro, a Câmara Municipal de Palmela saúda as adegas galardoadas, pelas distinções obtidas que têm contribuindo para alavancar a visibilidade do Concelho de Palmela, a qualidade dos seus vinhos e a dinamização da economia local.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** apresenta o voto de pesar que se transcreve:

. **Saudação** (Escola Secundária de Pinhal Novo – Equipa Orientação)

“A equipa de Orientação da Escola Secundária de Pinhal Novo, constituída por Ana Vedrasco, Alexandra Tadeu, Guilherme Cravo e Gil Justino, sagrou-se Campeã Nacional de Orientação Estafetas Sprint, no escalão de Cadetes, no Campeonato Nacional de Knock-out & Campeonato Nacional de Estafetas Sprint – XXXIV Troféu de Orientação do CPOC, que se realizou no dia 24 de setembro, em Queijas, Oeiras.

Depois de terem alcançado diversos títulos nacionais, a nível escolar, e de diversas participações em Campeonato do Mundo do Desporto Escolar, a Escola Secundária de Pinhal Novo conquista pela primeira vez um título nacional federado.

Reunida em Palmela, a 18 de outubro, a Câmara Municipal de Palmela saúda a equipa de Orientação da Escola Secundária de Pinhal Novo pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para as suas carreiras desportivas e que continuem a dignificar o concelho.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** apresenta a Saudação que se transcreve:

. **Saudação** (50º Aniversário da Escola Secundária de Palmela)

A Escola Secundária de Palmela festejou no passado dia 15 de outubro o 50º aniversário. Foi nesse dia do ano de 1973 que a Escola Secundária de Palmela começou a funcionar.

Chamava-se então Escola Polivalente de Palmela e, muito embora tivesse começado a funcionar nesse dia, a Escola só foi legalmente criada através do Decreto-Lei n.º 260-B/75, de 26 de maio.

É uma escola de abril, uma escola da liberdade e dava resposta, à época, aos desejos do concelho em ter no seu território uma resposta de ensino público até ao ensino secundário.

Em meio século de vida a escola ofereceu e promoveu a formação da população jovem e de adultos, durante muitos anos funcionou com ensino noturno.

A escola carrega em si muita história feita de muitas estórias e de muita gente.

Em 1973 ocupou antigos pavilhões que tinham servido para fundação do Ciclo Preparatório, no largo em frente da atual escola básica; a secretaria funcionava numa sala da Sociedade Filarmónica Humanitária e a comissão diretiva dirigia a escola num gabinete da Caixa Agrícola. Em 1975 veio ocupar o atual espaço que depois de tantos anos com instalações com pouca qualidade vê, hoje, ser o mesmo ocupado por um edifício com outras condições para todos e com melhor resposta às exigências atuais do processo ensino-aprendizagem.

Era um orgulho para todas e de todos que constituíam a comunidade escolar e da comunidade do concelho a conquista de ter uma escola. O mesmo orgulho que, no espaço de 50 anos, tem permitido viver com carinho, amor, dedicação e muita resiliência, um constante crescimento e continua afirmação de qualidade na formação e no ensino de todas e todos a que a frequentaram ou a frequentam.

Tem sido uma vida de conquistas, de trabalho coletivo, partilhado, exigente, mas sempre construído num ambiente de família, de interajuda, de compreensão, de amor e de alegria

A comunidade educativa da Escola Secundária de Palmela, constituída por alunos, pessoal docente, pessoal não docente e as famílias destes, tem construído uma “escola sem muros”, uma escola cidadã, inclusiva e onde se procura associar o sucesso escolar com o sucesso do cidadão na sua integração na comunidade.

Saudamos todas e todos os que em 50 anos de vida a Escola lhe têm dado uma importante dimensão humana, cívica e formativa e esperamos que lhe seja reconhecido a excelência do seu trabalho.”

Sobre a saudação 50º Aniversário da Escola Secundária de Palmela intervém:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** intervém considerando ser muito oportuna a presente saudação a uma escola com um percurso notável, feito por professores, alunos, pessoal docente e não docente, ao longo destes 50 anos.

A escola, tal como vem vertido na saudação, carrega muita história é feita de muitas histórias e de muitas gentes (teve a felicidade de a ter frequentado).

Solicita ao **Sr. Vereador Raul Cristóvão** o esclarecimento de duas questões que lhe suscitam algumas dúvidas:

1.ª quando refere que a Comunidade Educativa tem construído uma escola sem “muros”. O que pretende dizer com esta expressão;

2.ª quando refere que “esperamos que lhe seja reconhecida excelência do seu trabalho”. Crê que não estará em causa, mas de qualquer forma, quer perceber o porque desta expressão.

Foi feita uma retrospectiva da evolução da escola, de nos dias hoje existir um edifício com outras condições. Mas gostava de ter visto algo importante e que marcou metade da vida da escola, que foi a ausência de um pavilhão desportivo. Durante muitos anos, muitos alunos, não tiveram as devidas condições para usufruir da disciplina de Educação Física, com as condições que são exigidas para um ensino de qualidade.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** face à intervenção do **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** elucida que a expressão “escola sem muros” refere-se a uma escola inclusiva, onde a mesma é de todos e pertence a todos. É uma escola onde não existem diferenças. Nem quando se está dentro ou fora. Não se impede quem quer entrar, não se impede quem quer sair. É uma escola em que a pedagogia assenta nos princípios ativos da formação, ou seja, estão em ligação constante com a comunidade. Sendo que a comunidade não é só a escolar, mas a comunidade que a rodeia e onde está inserida. Centenas de projetos mostram isso.

Quanto à questão da “excelência que seja reconhecida”. É uma chamada de atenção para quem tem dúvidas. Não é a autarquia, nem a junta de freguesia, nem a população. Está no abstrato. Chama a atenção para isso.

Esclarece que é uma saudação, não uma moção.

Em relação à questão do pavilhão, partilha que em 2007 quando o pavilhão foi demolido, foi o próprio que assinou esse acontecimento. Existiam relatórios que colocavam em causa a segurança e a saúde dos alunos e de todos os que lá trabalhavam.

Lembra que foram todos os que ali estão, que lutaram muito para que hoje o pavilhão esteja a ser construído. Por ele teria sido construído em 2009, quando saiu em Diário da República e foi publicitado nos jornais. Mas quando as empresas foram fazer o estudo geológico e quando fizeram o levantamento, concluíram que não era possível. Com muito frustração à mistura.

Considera que nas saudações deve-se ir aos aspetos positivos. Deve-se saudar todo o trabalho que foi feito.

Termina a agradecer as sugestões.

O **Sr. Presidente** realça que a saudação é oportuna e dá nota que esteve, em representação da Câmara Municipal, numa cerimónia com grande significado que ocorreu na passada segunda-feira, e é esse o espírito que se sente: pela educação das memórias, pelo percurso, pelos recuos e avanços, mas sobretudo pelo património que a escola acaba por ter. Um património imaterial,

de formação global do indivíduo, identidade de uma comunidade bem vinculada, no espírito de uma escola para todas e todos.

As palavras por vezes podem não dizer tudo, mas considera que não são equívocas. Partilha que teve a oportunidade de ter as memórias enquanto aluno, pois inaugurou a escola nos “caceteiros” e foi no edifício onde se encontram, no rés-do-chão, na sala do primeiro ciclo, que frequentou numa turma mista. Foi nessa escola que fez o seu percurso de jovem cidadão, de aprendiz, de cidadão e democrata. Foi membro da primeira associação de estudantes e as reivindicações começaram logo ali, pois faltava muita coisa.

Hoje, reforça, deve-se saudar o património, com os olhos postos no futuro, daquilo que importa ainda fazer para requalificar o espaço. E fazer esta saudação a toda a comunidade, seja à comunidade escolar, seja à comunidade educativa que é toda a população da freguesia, sede do concelho, pois têm aqui a escola secundária mais antiga. Sabe que sempre faltarão algumas coisas, mas caminha-se com uma atitude muito pró-ativa da parte da câmara, para que se continue a qualificar o espaço, com melhores condições de trabalho, que por não as ter ainda, não deixa de ser uma escola com um ambiente de excelência e com resultados muito interessantes na formação global do indivíduo.

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. Reuniões de câmara de novembro (8 e 22 de novembro) – O Sr. Presidente dá nota da alteração nas datas de reunião de câmara, devido ao feriado de 1 de novembro, passando a primeira do mês para 8 de novembro e quinze dias depois, a segunda reunião ordinária a 22 de novembro.

. Consequências das intempéries que se fazem sentir/alertas e esclarecimentos da Proteção Civil – O Sr. Presidente informa sobre os alertas que têm recebido e dos esclarecimentos da Proteção Civil tem estado a fazer (até mesmo para a Comunidade Escolar) à população em geral. Considera que devemos estar todos devidamente informados, bem cientes e ter alguns comportamentos que previnam alguns riscos.

A 17 de outubro, e de acordo com o IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera), a região foi assolada pelo temporal – a depressão Babet que consiste numa situação de massa de ar com características tropicais e com um elevado conteúdo de vapor de água de deu origem a precipitações, por vezes fortes e persistente, com um vento de quadrante sul e rajadas fortes no litoral e terras altas. Nos períodos críticos tiveram algumas ocorrências, sobretudo na madrugada de dia 17, com os seus efeitos a prolongarem-se até ao final da tarde.

O Serviço Municipal de Proteção Civil, os Bombeiros e uma brigada municipal estiveram ativas nesse período. Durante esse período, andaram pelo terreno, percorreram e verificaram cerca de 134 quilómetros. Na maioria, as situações reportadas, resultaram em pequenas inundações, quedas de árvores, de estruturas (postes, painéis publicitários, contentores de lixo) e alagamento de algumas plataformas de estradas que têm algumas zonas críticas de drenagem. Algumas quedas de árvores provocaram danos em viaturas (será aferido a ocorrência com a GNR de forma a se acionarem seguros). Quanto a cheias e inundações, embora de pequenas dimensões, registaram-se três. Quedas de árvores, oito. Quedas de estruturas, uma. Houve ainda um deslizamento de terras, que foi o mais grave, na Freguesia de Marateca, que mobilizou os serviços camarários em força para reposição da segurança, com uma forte barreira de contenção, para que a estrada voltasse a abrir e a funcionar sem preocupações de maior.

Apela à atenção para os próximos dois dias. Estão a fazer alertas, no sítio da internet, e a enviar recomendações para os locais de maior concentração. Têm consciência do funcionamento da escola, à porta, com muito trânsito, muita deslocação, muita concentração de crianças. As recomendações da Proteção Civil, neste caso particular, são claras: evitar estar debaixo ou sob árvores e estruturas. Evitar algumas atividades ao ar livre. Estão a atuar na prevenção tal como também têm tido algumas das brigadas, bem como as Juntas de Freguesia em alerta e atuantes para que desobstruam sumidouros e sarjetas (os atravessamentos hidráulicos é da competência camarária) de forma a evitarem-se algumas situações mais graves.

. Dia Municipal para a Igualdade - 24 de outubro – O Sr. Presidente informa que o mesmo se assinala no próximo dia 24 de outubro. Refere que têm previsto para este mês, como forma de educar este trabalho, uma iniciativa focada na área da formação em igualdade de género. O projeto “Crescer mais Igual” é destinado a educadoras e educadores de infância do Município, em articulação com o Centro de Formação da Ordem de Santiago, para permitir a atribuição de créditos de formação a estes profissionais.

Estão também a preparar, mas para outra efeméride que falará mais adiante, referente ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência sobre as Mulheres, a 25 de novembro. Têm preparadas sessões e oficinas nas escolas em articulação com os projetos educativos e áreas da Educação para a Cidadania.

Acrescenta igualmente que, quanto à Igualdade e não Discriminação, o plano não se cinge a uma ação, ao período que se celebra a data. Têm, ao longo do ano, trabalhado muito nesse domínio, com várias atividades feitas em escolas, formações feitas em coletividades e em IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), junto do pessoal não docente.

Têm também um conjunto de outras exposições e ações. As próprias “Conversas sem Margens” no pretérito sábado, esgotaram a presente sala, com questões sobre o ambiente e com a presença de alguns ativistas de ações climáticas, como o José Viriato Soromenho-Marques. No

âmbito deste projeto têm trabalhado muito estas matérias, pois acreditam que é, sobretudo com as novas gerações, com a formação e educação para os valores e cidadania, que se consegue atingir objetivos nesta área.

Fica esta informação, sem prejuízo de existir programação que é devidamente divulgada com informações mais precisas sobre as ações que estão a desenvolver.

Assuntos apresentados pelos/a Srs./a Vereadores/a Fernanda Pésinho e Maria João Camolas:

. Projeto RecolhaBio – Palmela – recolha coletiva de biorresíduos e compostagem comunitária – A **Sr. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta todos os presentes e dá nota que se inicia no presente mês o projeto piloto de recolha coletiva de biorresíduos será implementado no concelho de Palmela até ao final de outubro, alargando a recolha seletiva de biorresíduos às zonas de edificado em altura, adjacentes às áreas onde a Câmara já efetua a recolha Porta a Porta em moradias.

O projeto desenvolvido consiste na instalação de 22 contentores inteligentes em via pública, cuja colocação inicia hoje. Os contentores vão ser colocados junto aos de recolha indiferenciada e/ou de recolha seletiva, com frequência de recolha trissemanal, nas seguintes localizações:

- 5 contentores em Aires, freguesia de Palmela
- 7 contentores na urbanização Portais da Arrábida, freguesia de Quinta do Anjo
- 10 contentores nas Urbanizações Vila Serena e Monte Novo, freguesia de Pinhal Novo

A campanha de comunicação e de sensibilização ambiental está prevista para o dia 23/10 e abrangerá 1519 habitações e cerca de 3000 pessoas. Consiste, para além da colocação de outdoors e mupis nas zonas de influência dos contentores, na apresentação do projeto, distribuição de um folheto explicativo e na entrega de um balde 10 litros para transporte dos resíduos e de uma chave/cartão para abertura do contentor.

Quanto ao Projeto RecolhaBio – Palmela - compostagem comunitária, o Município de Palmela iniciou a instalação de compostores comunitários, mais uma solução para recolha coletiva de biorresíduos, em Quinta do Anjo, Urbanização Portais da Arrábida, junto às hortas comunitárias, no Poceirão e em Águas de Moura. Estima-se que compostores comunitários possam estar em funcionamento no final do mês de novembro.

Esta iniciativa, implementada também no âmbito do Projeto RecolhaBio – Palmela, envolve igualmente uma grande campanha de sensibilização e divulgação à população, com a distribuição de folhetos e cartazes, assim como a realização de ações de formação e workshops para os munícipes e funcionários das Juntas de Freguesia que vão acompanhar o projeto. Serão entregues baldes de 7 litros aos aderentes ao projeto.

Salientar que as Juntas de Freguesia desempenharão um papel importante no projeto da compostagem comunitária, ao contribuir para a sua divulgação, para o esclarecimento de dúvidas, promovendo o envolvimento da comunidade e, particularmente, na manutenção do equipamento, ação indispensável para a produção do composto. O composto produzido será distribuído pelos aderentes, por quem manifestar interesse e nas próprias ações de manutenção e conservação de espaços verdes realizadas pelas Juntas de Freguesia.

Os dois projetos - recolha seletiva de biorresíduos e compostagem comunitárias - têm como principais objetivos reforçar a prevenção da produção de resíduos, a reciclagem e a valorização de biorresíduos, reduzir as quantidades de resíduos depositadas em aterro, promover a economia circular e, assim, contribuir para o cumprimento das metas nacionais de reciclagem e da neutralidade carbónica e climática.

Ambos resultam de uma candidatura aprovada pelo Fundo Ambiental - "RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos" - correspondendo a um investimento total no valor de cerca de 159 925,56 euros.

Estas ações estão em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações: Objetivo 11 - Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; Objetivo 12 – Produção e Consumo sustentáveis e

Objetivo 13 - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

. Obras de reabilitação e beneficiação em 9 imóveis para habitação – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que o Município adjudicou um conjunto de empreitadas de beneficiação, em 9 imóveis, adquiridos para habitação a custos controlados.

O conjunto de contratos, resultantes de um concurso público por lotes, totaliza 273.491,98€.

As obras serão realizadas em 2 apartamentos situados em Palmela e 7 em Pinhal Novo e vão melhorar a eficiência energética e qualificar o uso das habitações. As empreitadas compreendem, conforme os casos, intervenções como remodelações de cozinhas e de instalações sanitárias, substituição de janelas, isolamento de paredes e outras beneficiações.

Estão em preparação para lançamento mais dois concursos para remodelação de outros 16 imóveis e estão em execução ou em concursos projetos de reabilitação profunda e de construção nova, em vários pontos do concelho.

Estes investimentos estão enquadrados pela Estratégia Local de Habitação, têm financiamento do PRR/ IRHU e concorrem para que sejam atingidos os objetivos de desenvolvimento sustentável nº10 – reduzir as desigualdades, nº11 – cidades e comunidades sustentáveis e ainda nº13 – ação climática.

. Adjudicado projeto para a reabilitação da sede histórica do Pinhalnovense - A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que foi adjudicado o projeto para reabilitação da antiga sede do Pinhalnovense, em Pinhal Novo, por 46 494,00€.

A sede histórica do Pinhalnovense, situada junto ao Largo da Mitra, em Pinhal Novo, encontra-se em elevado estado de degradação. Com este projeto pretende-se travar a degradação e recuperar o edifício, preservando e reabilitando as fachadas, garantindo as características exteriores originais, quanto à volumetria, imagem geral, vãos, cantarias, varandas, cornijas, pilastras e elementos cerâmicos decorativos.

O projeto deverá incluir uma solução para uma nova cobertura e laje de piso intermédio e principais infraestruturas.

Esta ação concorre para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº11 – cidades e comunidades sustentáveis e integra-se na ARU – Área de Reabilitação Urbana de Pinhal Novo, estando também integrada dos respetivos objetivos de reabilitação e dinamização.

. Adjudicado obra de Contraventamento da Escola Básica da Palhota – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que a obra de Contraventamento da escola da Palhota foi adjudicada por 51.844,57€. O objetivo é resolver o problema de estabilidade detetado no edifício. Estes problemas levaram, já no início deste ano letivo, à colocação das crianças, docentes e auxiliares noutras escolas e ao lançamento de um concurso público urgente que produz agora este resultado.

A obra contribui para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4 – educação de qualidade.

. Prolongamento da Rua João de Deus – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que o Município lançou concurso para empreitada de prolongamento da Rua João de Deus, em Pinhal Novo. O preço base acrescido de IVA é de 111 930,94€.

A obra vai prolongar o arruamento no sentido norte-sul numa extensão de cerca de 130 metros, beneficiando o atual cruzamento com a Rua Antero de Quental e o entroncamento com a Rua dos Combatentes da Grande Guerra. Vai ser criado um passeio do lado nascente e novo estacionamento, 18 lugares. A empreitada inclui a remodelação da rede de águas, a construção de rede de drenagem pluvial, sinalização e iluminação pública.

. Concurso para a Horta Comunitária de Quinta do Anjo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que o Município lançou também concurso para ampliação da Horta de Quinta do Anjo, acrescentando-lhe 14 novos talhões. O preço base do concurso, acrescido de IVA, totaliza 19.167,45€.

A obra inclui a instalação de um abrigo, para guarda de ferramentas e outros bens; espaço de compostagem, mesa de picnic para apoio e convívio entre as hortelãs e os hortelãos e reforço de arborização. Inclui ainda uma cerca vegetal, para melhor integração na envolvente.

Tanto esta obra como a que referimos antes contribuem para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11 – cidades e comunidades sustentáveis.

. Abertura de Concurso Público para execução de projeto para "Pavimentação da Rua da Ponte, Palmela" – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que foi aberto concurso público para a execução de projeto para a "Pavimentação da Rua da Ponte, Palmela", e dado que a autarquia não possui, internamente, os meios humanos necessários e adequados para execução desde serviço, procedeu-se à abertura de concurso público para este efeito, estimando-se que o encargo do município se situe nos 8.610,00€ (IVA incluído).

. Abertura de concurso público para a empreitada de "Pavimentação da Rua Francisco Romão - Agualva" – A Sra. Vereadora Maria João Camolas dá nota que se procedeu à abertura de concurso público para a empreitada da pavimentação da Rua Francisco Romão, em Agualva. Os trabalhos a realizar englobam a execução de pavimentações com massas betuminosas, bases e sub-bases, respetivas bermas e valetas em terreno natural, incluindo outros trabalhos acessórios como sinalização horizontal e vertical.

Trata-se de uma via rodoviária, com largura de 5,50m a ser pavimentada, com uma área de intervenção de 1620 m, prazo de execução de 3 meses e um valor 198.750,00€.

. IX Encontro Internacional sobre Ordens Militares, intitulado «Ordens Militares: Do Convento e da Guerra para o Mundo» – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que, entre os dias 25 e 29 de outubro, vai realizar-se, no Cine-Teatro S. João e no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, o IX Encontro Internacional sobre Ordens Militares, intitulado *«Ordens Militares: Do Convento e da Guerra para o Mundo»*.

Nos primeiros quatro dias decorrem as sessões teóricas, com um intenso programa distribuído por temáticas variadas e, no último dia, 29 de outubro, terá lugar uma viagem de estudo.

Os finais destes dias completam-se com outras atividades, como a apresentação de livros e alguns apontamentos musicais, um dos quais evocativo do 25 de Abril.

O evento reunirá no nosso município 83 conferencistas, dos quais 43 são estrangeiros, provenientes de Espanha, França, Itália, Reino Unido, Irlanda, Alemanha, Áustria, Hungria, Polónia, Suécia, Chipre e Israel, os quais representam mais de quatro dezenas de instituições universitárias e centros de pesquisa.

Este fórum científico que o Município, através do GEsOS, organiza desde 1989, tem projetado o nome de Palmela em toda a Europa, e é reconhecido como o mais importante na área da história das Ordens Militares.

Conta com o Alto Patrocínio da Presidência da República.

Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro e Carlos de Sousa:

. **Reuniões de câmara de novembro (8 e 22 de novembro)** – O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro**, questiona qual a data que se prevê para a discussão e aprovação do Orçamento e do Plano Plurianual para 2024 e nomeadamente a entrega do documento aos partidos da oposição. Considera ser um documento complexo e que exige uma apurada análise.

. **Aquisição do Cine-Teatro São Gonçalo (Cabanas)** – O **Sr. Vereador Paulo**, questiona em que fase está em termos de projeto e plano para a reabilitação do edifício e para posterior colocação ao serviço da população.

. **Chuvas e impactos na via/ acessos às Sesmarias, à Reginacork e Monte Novo (Pinhal Novo)** – O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** manifesta a sua preocupação quanto ao acesso nesta via e da qual já se havia falado em tempos. O seu arranjo e o resto do processo de legalização da infraestrutura que lá está. Neste momento e segundo fotografias que teve acesso, é um mar de água. Não pensa tanto na indústria pelos camiões que tem, mas sim nos cidadãos que lá residem.

. **Tanques do Chafariz D. Maria I** – O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** alerta que os tanques no Chafariz D. Maria I estão verdes e alerta para o mau aspeto que tem, principalmente para quem nos visita. Considera falta de limpeza.

. **Rua do Trabalhador Rural (Pinhal Novo)** – O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** informa que foi alertado por um munícipe para umas construções, que em tese/teoria, poderão ser de construção clandestina. Refere que não existe sinalética informativa de autorização da Câmara Municipal, como é suposto existir (tem fotografias que lhe foram entregues e está disposto a facultar ao Sr. Vereador Pedro Talego).

. **Estrada Vale dos Barris – O Sr. Vereador Carlos de Sousa** partilha que é utilizador assíduo dessa via para se deslocar a Setúbal. Informa que está com múltiplos abatimentos, e considera por isso já estar com alguns níveis de perigosidade.

. **Parque de Autocaravanas na Estrada de Vale dos Barris – O Sr. Vereador Carlos de Sousa** alerta que para o facto de existir um parque de autocaravanas (que lhe parecem todas usadas) e que está a ser construído nessa zona. Estão já umas 15/20 autocaravanas, informa. Questiona qual a margem. Questiona se é um parque de sucata que ali está a nascer com autocaravanas, ou é um parque de estacionamento. Reforça que as mesmas não têm muito bom aspeto, não estão bem tratadas. Poderá ser um parque de autocaravanas em segunda mão que está ali a nascer.

Considera não ser muito agradável e pede a intervenção do serviço de Fiscalização.

. **Aceiro do Anselmo (Pinhal Novo) – O Sr. Vereador Carlos de Sousa** tal com tinha mencionado na última reunião de Câmara Municipal, considera que a intenção da Câmara foi boa, mas a forma como foi construída, acredita que trará “dores de cabeça” à Câmara, nomeadamente com protestos dos cidadãos que lá moram. O perfil da estrada está mal construído, as águas ficam no meio da via (originando a sua degradação mais rápida), e noutras zonas, pela falta de existência de valas, não existe forma de escoação das águas das chuvas e estas vão acabar à porta das casas dos munícipes.

Primeira questão que coloca é a do empreiteiro que não fez um bom trabalho. As estradas devem ser feitas de maneira a que a água não acumule, com o impacto de se estragar o alcatrão. Quanto à segunda, é um alerta pois com certeza vão ter cidadãos que lá moram e em outros sítios, a ter a água às suas portas.

. **Funcionamento do CAF (Componente de Apoio à Família) do Jardim de Infância da Escola Básica de Matos Fortuna – O Sr. Vereador Carlos de Sousa** termina a informar que recebeu uma mensagem via correio eletrónico de um pai de uma criança que frequenta a Escola Básica de Matos Fortuna e usufrui do CAF (Componente de Apoio à Família). Refere que segundo o encarregado de educação, o modo de funcionamento deste apoio é diferente do existente há 15 anos. Uma vez que essa mensagem é extensa e requer algumas respostas, informa que irá enviar a mesma para a Sra. Vereadora Maria João Camolas.

Neste momento, ouve-se uma intervenção, mas como não é feita ao microfone não é possível a sua transcrição.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** volta à palavra para referir que segundo as orientações recebidas irá enviar a mensagem para o Gabinete do Presidente, que fará chegar à Sra. Vereadora Maria João Camolas, para que tome conhecimento e haja em conformidade.

Face às questões apresentadas pelos Srs. Vereadores Paulo Ribeiro e Carlos de Sousa, são prestados os seguintes esclarecimentos:

. **Reuniões de câmara de novembro (8 e 22 de novembro)** – Em resposta à questão colocada pelo **Sr. Vereador Paulo Ribeiro**, o **Sr. Presidente** informa que não divulgou a reunião para as GOP (Grandes Opções do Plano), porque estão a fazer a recalendarização. O documento e as suas propostas estão a ser “carregadas” e durante a semana, quando lhe for disponibilizado o documento, poderão fazer o calendário, que terá de cumprir com determinados prazos. Terão as reuniões de trabalho, ao abrigo da Lei de Direito de Oposição e não só.

Será uma reunião extraordinária e não nas datas referidas, não só para existir tempo como também para estar devidamente articulado com as reuniões da Assembleia Municipal. Estas, informa, decorrerão a 27 de novembro e 14 de dezembro. As GOP's irão à reunião de 14 de dezembro. Termina a referir que divulgará as datas em momento oportuno e que o Sr. Vereador terá a informação atempadamente.

. **Aquisição do Cine-Teatro São Gonçalo (Cabanas)** – O **Sr. Presidente** informa que as equipas técnicas da autarquia já foram ao local. Estão a fazer o levantamento de diagnóstico do que é necessário reabilitar. Estão também a estudar um programa preliminar. Será a Cultura a informar o que pretende fazer. Lembra que irão envolver à Junta de Freguesia, pois a mesma tem propostas muito concretas para o que deve ser a resposta para aquele espaço, para além do que deve ser uma sala convencional de espetáculos. Poderá ter até outras valências. Neste momento, com a dimensão e estrutura que tem, não pode ser licenciada de acordo com as regras da Inspeção Geral das Atividades Culturais. Será um espaço multiusos com muitas atividades. Um espaço cultural, de exposições, de dinâmicas culturais e artísticas ao serviço da comunidade. Estão nesta fase. Lembra que compraram o edifício há um ano e dá o exemplo do edifício do Pinhalnovoense que compraram há mais tempo e só agora é que estão a adjudicar o processo de reabilitação. Depois do projeto é que terão a obra. São os preceitos das obras públicas.

Para já, estão a trabalhar na refuncionalização do espaço, atendendo às dinâmicas que ali podem acontecer, bem como o diagnóstico que terá de ser feito e que poderá ser adjudicado ao exterior. Um primeiro já foi feito para ver questões de intrusão e estabilidade. Terá de ser feito igualmente um projeto que será pedido também ao exterior. Será um processo muito idêntico ao que foi feito para a reabilitação da sede do Pinhalnovoense (que também foi adquirido pelo município).

. Chuvas e impactos na via/acessos às Sesmarias, à Reginacork e Monte Novo (Pinhal Novo) – Em resposta à questão levantada pelo **Sr. Vereador Carlos de Sousa**, o **Sr. Presidente** informa que os moradores têm acesso por outra estrada, trezentos metros antes, com melhores condições. Também é um acesso à Concremat, que está contratualizado no âmbito do RERAE (Regime Especial de Regularização das Atividades Económicas). A Concremat já tem o projeto da estrada aprovado pela autarquia. Irá fazer obra até ao limite das propriedades Reginacork e a Reginacork fará até à Estrada Nacional.

Esclarece que é uma estrada de fronteira com o concelho do Montijo e que para estas questões todas e considerando que não existe drenagem de água, sendo que a valeta da Estrada Nacional é considerada zona de Reserva Ecológica, tiveram que pedir autorização, validar com o Concelho do Montijo e com os seus moradores (que irão também beneficiar da estrada), um conjunto de situações de alargamento e de entrega da água dentro das suas propriedades onde estão as linhas de água.

O projeto da Concremat está aprovado e em breve farão a empreitada porque lhes cumpre o financiamento desse arruamento para obterem o título em definitivo da ampliação que foi feita. O da Reginacork está um pouco mais atrasado, mas estão a trabalhar nisso. Até lá continuarão a pressionar a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, que tem a responsabilidade da manutenção e conservação dos aceiros. Neste momento o Município faz na freguesia de Palmela que é a única freguesia que não tem esse contrato interadministrativo com a Câmara Municipal.

Quando é possível também presta ajuda à freguesia (que é difícil nesta altura pois está a atuar de forma preventiva de limpeza e desobstrução).

Fará chegar essa preocupação junto da Freguesia de Pinhal Novo.

. Tanques do Chafariz D. Maria I – O **Sr. Presidente** informa que estes eram limpos com alguma regularidade e pedirá ao **Sr. Vereador Pedro Taleço** para que veja junto dos serviços. No entanto, lembra que neste momento está a decorrer uma empreitada e os mesmos estão vedados. A primeira fase já foi concluída. O levantamento parietal das cores e das películas foi para as universidades, da qual já tiveram resposta e tem uma proposta de cores. Já foi discutido com a Junta de Freguesia e população. Já apresentaram à DGPC (Direção Geral do Património Cultural). A empreitada será retomada assim que receberem resposta da DGPC. Passarão à pintura e tratamento do restante.

Talvez pelo facto de estar a decorrer a empreitada, as equipas do Município não tenham limpo o espaço. Termina a dar razão, por ser uma questão pertinente e por isso procurarão corrigir.

. Parque de Autocaravanas na Estada de Vale dos Barris – O Sr. Presidente menciona que irá fazer chegar a questão ao ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas). Assume que já tinham conhecimento no Verão, mas assumiram que seria uma ocupação de uma atividade de turismo de lazer que existe no lado oposto (da qual tem licenciamento) e que alguns visitantes, temporariamente, ali deixassem, por uma questão de espaço (porque o terreno pertence-lhes) as suas autocaravanas. Mas se se está a transformar numa coisa não transitória, pois não está licenciado nenhum parque de autocaravanas na zona e se está a agravar-se, requer então uma intervenção.

. Aceiro do Anselmo (Pinhal Novo) – O Sr. Presidente questiona se a Sra. Vereadora tem alguma nota de algumas reclamações. Têm o compromisso de o engenheiro responsável pela obra ir ao local verificar a pretensa acumulação ao centro da estrada nessa determinada zona. Segundo tem conhecimento, ainda não está sinalizado horizontalmente. Têm de existir correções na camada de desgaste antes da pintura. Quanto às bermas e entrada de águas nas propriedades, informa que tudo o que foi feito e contratualizado com as pessoas no local e em reunião com os técnicos e posteriormente com ele próprio, está feito. Está feito o alargamento das manilhas, o encaminhamento de águas como deve ser. Relembra que existem pessoas que têm construções feitas em locais onde não deveriam, mais baixas que a cota da estrada, estudaram algumas soluções para minimizar. No entanto, alerta que as pessoas têm que deixar passar a água, porque se a linha de água está nesse terreno, ela tem que ir lá dar.

Estão a acompanhar a situação. Se existiu alguma chamada de atenção mais recente, depois das correções já efetuadas, não tem nota. Poderá a Sra. Vereadora ter, no âmbito da rede viária.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doação - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_21-23:

“Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições.

Nesse contexto, foi aceite, nos termos do disposto na alínea j) do nº1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, uma doação efetuada pela empresa Tecnorém, Engenharia e Construções S.A, conforme a informação técnica que se anexa.

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO	VALOR
TECNORÉM, Engenharia e Construções S.A Estrada Nacional 113, Moínho da Areia 2490-444 Ourém NIF: 502519533	Trabalhos de edificação do monumento e arranjo dos espaços circundantes Instalação de painel solar para alimentação dos projetores	Monumento ao Combatente do Concelho de Palmela	24.042,22 euros € (vinte e quatro mil e quarenta e dois euros e vinte e dois cêntimos)

Realça-se que só o elevado grau de compromisso da empresa e o empenho direto dos seus colaboradores, permitiu concluir a intervenção atempadamente de forma a possibilitar a realização da cerimónia de inauguração do monumento no dia 12 de outubro, data de aniversário da Liga dos Combatentes- Núcleo de Pinhal Novo.

Dada a impossibilidade de reunir a Câmara Municipal em tempo útil, a aceitação da doação foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 12 de outubro de 2023, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º, do RJAL.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, propõe-se a ratificação da aceitação da doação objeto da presente deliberação.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

PONTO 2 – Instalação de um parque de armazenamento de energia elétrica – reconhecimento do interesse económico e social – Aura Power Developments (Portugal), Lda.

PROPOSTA N.º GAP 02_21-23:

“Através do requerimento n.º 4432/2022, de 6 de julho, veio a Aura Power Developments (Portugal), Lda. requerer informação prévia de operação urbanística – instalação de um Parque de Armazenamento de Energia Elétrica a instalar num prédio sito em Biscaia, Palmela, ocupando uma área de 4 hectares.

Na sequência do referido parecer, vem a entidade supra, solicitar a emissão da Declaração do Reconhecimento de Interesse Económico e Social do investimento proposto, nos termos do

previsto no n.º 3 do Artigo 20.º do Regulamento do PDM, enquanto condição essencial para a prossecução da operação urbanística subsequente.

O pedido de informação prévia (PIP) enquadra-se no n.º 1 do Artigo 14.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, publicado pelo DL n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo DL n.º 136/2014, de 9 de setembro, conjugado com o DL n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional, transpondo a Diretiva (EU)2019/944 e a Diretiva (EU)2018/2021 e DL n.º 30-A/2022, de 18 de abril, que aprova medidas excecionais que visam assegurar a simplificação dos procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis.

Através do requerimento n.º 7322/2022, de 24 de novembro, é formulado o pedido de reconhecimento económico e social.

Refira-se que o sistema de armazenamento é composto por 26 módulos de baterias, cada módulo é constituído por 24 baterias, inversores e transformador, totalizando uma capacidade de armazenamento de 108 MVA.

Serão ainda instalados 2 contentores de armazenamento e apoio, uma unidade de comunicações e uma subestação.

Assim, e sem prejuízo da obtenção de pareceres favoráveis de outras entidades que sobre a matéria se devam pronunciar, e adoção de medidas que considerem as exigências legais das entidades licenciadoras, nomeadamente no plano ambiental e paisagístico, considera-se que estão reunidas as condições para a emissão da Declaração de Interesse Económico e Social para a localização acima referida.

Pelo exposto, propõe-se que, ao abrigo do disposto no Decreto-lei n.º 76/2019, de 3 de junho, com remissão expressa ao Anexo I deste diploma, e o disposto no n.º 3 do art.º 20 do regulamento do PDM, a Câmara Municipal de Palmela delibere aprovar a emissão de Declaração de Interesse Económico e Social solicitada.”

Sobre este ponto o **Sr. Presidente** espera que tenha sido entregue à Vereação a documentação sobre o Pedido de Informação Prévia que inclui imagens para se perceber que não se está na presença de mais um Parque Solar e para terem uma ideia de como é que fica a zona com o sistema de baterias e contentores. Fica muito “clean”, limpa. Considera que fica melhor que as subestações da E-Redes. Estas são impactantes do ponto de vista visual e ambiental. São estruturas elevadas e com cabos à superfície.

Acrescenta uma informação que considera muito importante: a zona de quatro hectares onde se prevê a instalação estava, em tempo, ligada a uma exploração de areias (licenciamento de pedreiras). Tem que existir um projeto de reposição de terreno nas condições de aterro naturais, ou seja, o presente projeto vai contribuir também para a requalificação do espaço e do terreno.

Tem importância, porque está situado numa zona em que permite receber um conjunto de energia solar fotovoltaica que provém de diversas centrais fotovoltaicas já em funcionamento na zona ou devidamente licenciadas e em construção (nomeadamente na zona da Biscaia).

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO

PONTO 3 – Atribuição de apoio financeiro à Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal

PROPOSTA N.º DDET 01_21-23:

“A Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal – AADS, é uma das principais organizações de produtores agrícolas da nossa região e exerce muita da sua atividade no concelho de Palmela, prestando apoios vários à agricultura familiar, da contabilidade e consultadoria, preenchimento e acompanhamento de candidaturas aos vários programas rurais, na formação e em particular no sector orizícola com a gestão e manutenção dos secadores de arroz de Águas de Moura.

Paralelamente ao trabalho de apoio técnico desenvolvido no terreno, a associação representa os agricultores da região em diversas organizações, como a ADREPES – Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, e a Confederação Nacional de Agricultores, organismos onde é associada e membro dos corpos sociais.

A Câmara Municipal de Palmela considera a agricultura familiar da maior importância para a sustentabilidade e resiliência do território e para reduzir a dependência alimentar do mercado global, e que o importante trabalho de proximidade, desenvolvido por este parceiro é fulcral para a manutenção e desenvolvimento do espaço rural do município de Palmela.

Assim, face ao exposto e no âmbito do Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, datado de 4 de junho de 2017, de acordo com o disposto na alínea u) nº 1 do art.º 33º, do Regime das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) à Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro à ARCOLSA – Associação Regional de Criadores de Ovinos da Serra da Arrábida no âmbito do projeto “Adote uma Saloia”

PROPOSTA N.º DDET 02_21-23:

"A Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida – ARCOLSA, criou um pequeno rebanho de Saloias, reserva genética e pedagógica que passou a integrar o património do Museu do Ovelheiro. Estas ovelhas têm como função, apoiar as demonstrações de ordenha e tosquia que se ali se realizam, ao mesmo tempo que são um património vivo e permanente do museu e do concelho. Com esta medida, pretendeu a ARCOLSA evitar o total desaparecimento da ovelha leiteira autóctone de raça saloia, que tem atravessado um processo de substituição por raças exóticas mais produtivas.

Para suportar este pequeno rebanho, a ARCOLSA, em parceria com a Câmara Municipal de Palmela e a Junta de Freguesia da Quinta do Anjo, criaram o projeto "Adote uma Saloia", para apadrinhamento de ovelhas dirigido a pessoas coletivas que queiram contribuir para a preservação deste animal no território. Ser padrinho, ou madrinha, de uma saloia é uma forma socialmente responsável de contribuir para a conservação desta raça e a preservação das práticas ancestrais do seu maneio.

Para o Município de Palmela, o projeto "Adote uma Saloia" é muito importante para a preservação e manutenção deste animal que nos acompanha há séculos e ao qual devemos tanto, pelo que é quase um dever participar nesta iniciativa. Atendendo à importância do projeto e porque dele depende a manutenção deste rebanho que faz parte da nossa identidade cultural e memória coletiva e ainda presta um serviço inestimável às crianças e demais públicos que visitam o Museu do Ovelheiro.

Para além dos contributos que o município disponibiliza, enquanto parceiro do projeto, adotou formalmente duas ovelhas Saloias, contribuindo para a sustentabilidade desta iniciativa.

A adoção destas duas ovelhas implica uma comparticipação anual de 400€ (quatrocentos euros), destinados à alimentação e seus restantes cuidados que foi aprovada em reunião de câmara no dia 2 de junho de 2021.

Assim, face ao exposto e de acordo com a proposta referida, propõe-se, de acordo com a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de € 400,00 (quatrocentos euros) à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA; DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

PONTO 5 – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Palmela e o Clube Desportivo Pinhalnovense referente à época desportiva 2023/2024

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_21-23:

“Considerando que:

- de acordo com o enunciado no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que cabe ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento na educação, na cultura, no desporto, na juventude e na intervenção social e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalidade dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;
- o Clube Desportivo Pinhalnovense dinamiza o Basquetebol, mantendo uma prática regular e consolidada, que tem resultado na melhoria da qualidade dos seus praticantes, que participam e tem obtido resultados relevantes nas provas que compõem os quadros competitivos oficiais da modalidade de Basquetebol;
- desde o início da prática do Basquetebol que a autarquia tem apoiado, a vários níveis, a sua manutenção e desenvolvimento;
- a experiência dos protocolos que vigoraram entre ambas as partes é considerada positiva, a câmara municipal e o clube entendem que se justifica uma parceria institucional entre as duas entidades com vista a garantir, de uma melhor forma, a continuidade desta atividade;
- este apoio é fundamental para o clube e para a prática do Basquetebol no Concelho de Palmela, permitindo a prática aos amantes da modalidade, crianças e jovens;
- o Município, no âmbito da sua política de apoio ao associativismo, aprovou, em 2014, o atual Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo que consagra, entre outros aspetos, a possibilidade de serem estabelecidos protocolos específicos de cooperação;

e na sequência do pedido de apoio solicitado pelo Clube Desportivo Pinhalnovense, substanciado na apresentação do seu Programa de Desenvolvimento Desportivo, propõe-se que, ao abrigo do disposto da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dos artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, que veio

estabelecer o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação do Contrato-Programa entre o Município de Palmela e o Clube Desportivo Pinhalnovense, em anexo, e que faz parte integrante da presente proposta, o qual define os termos de cooperação entre as partes, no âmbito da promoção e desenvolvimento do Basquetebol no Concelho de Palmela, no qual o Município de Palmela atribui uma comparticipação financeira de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) ao Clube Desportivo Pinhalnovense.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** dá a palavra a quem queira intervir do Público, acrescentando que o(s) interveniente(s) deve(m) referir que não se opõem à gravação, desde que seja essa a sua vontade.

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e vinte e nove minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco